



**TERMINOLOGIA DE ESPECIALIDADE E IDENTIDADE CULTURAL:
O CASO DOS EMPRÉSTIMOS LINGUÍSTICOS NA LÍNGUA ÁRABE**

**SPECIFIC PURPOSE TERMINOLOGY AND CULTURAL IDENTITY:
THE CASE OF LINGUISTIC LOANS IN ARABIC**

Elias Mendes Gomes¹

RESUMO: Toda comunidade linguística possui um conjunto de crenças – e mitos – acerca de sua própria língua. Dependendo do conteúdo dessas crenças, o reconhecimento e aceitação de empréstimos advindos de outros sistemas linguísticos podem ser, em muitos casos, matéria de disputa. O empréstimo, considerado como um termo advindo de uma língua estrangeira, ou, no interior de uma mesma língua, como originário de um outro universo linguístico, é comum em todas as línguas de especialidade, e o árabe não é exceção. Esse fenômeno sempre teve lugar de destaque nas discussões de filólogos e gramáticos árabes do passado bem como nos da modernidade. Explora-se aqui, historicamente, sua participação – apesar da resistência de muitos – na formação neológica das línguas de especialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Árabe; Terminologia; Empréstimo linguístico; Língua de especialidade.

ABSTRACT: Every speech community has a set of beliefs – and myths – regarding its own language. Depending on the content of such beliefs, the recognition and acceptance of linguistic loans from other linguistic systems can be, in many cases, a matter of dispute. Linguistic borrowing, considered as a term from a foreign language or, within the same language, coming from another linguistic subsystem, is common in all languages for specific purposes, and it is not an exception in Arabic. This phenomenon has always had a place of prominence in the discussion of Arab philologists and grammarians of the past as well as of the present days. Here it will be explored, historically, the participation of this tool – in spite of the resistance of many – in the neology formation of the Arabic specific purpose language.

KEYWORDS: Arabic; Terminology; Linguistic borrowing; Specific purpose language.

Nenhum povo no mundo evidencia tal admiração pelas expressões literárias e é tão comovido pela palavra, falada ou escrita, como os árabes. Audiências contemporâneas em Bagdá, Damasco e Cairo podem ser agitadas ao extremo ao ouvirem a declamação de poesias, vagamente compreendidas, ou as preleções em língua clássica, ainda que somente parcialmente entendidas. O ritmo, a rima, a musicalidade, produzem neles um efeito que eles chamam de 'feitiço permitido' (sihr ḥalāl). Philip Hitti

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do Departamento de Letras Orientais (FFLCH/USP) no Programa de pós-graduação em língua, literatura e cultura árabe. Bolsista CAPES. Endereço eletrônico: eligomes@usp.br



Já se foi dito que a linguagem é, por excelência, a mais humana das experiências humanas. Ela não é apenas um fenômeno característico do ser humano enquanto indivíduo, ela também é um instrumento de organização social. Sapir (1961, p. 19) postula que existe uma relação intrínseca entre a comunicação lingüística e a realidade sócio-cultural de uma sociedade:

A língua está se tornando um guia cada vez mais valioso no estudo científico de uma dada cultura. Em certo sentido, a trama de padrões culturais de uma civilização está indicada na língua em que essa civilização se expressa. É uma ilusão pensar que possamos entender os lineamentos significativos de uma cultura pela pura observação e sem auxílio de simbolismo lingüístico, que torna êsses lineamentos significativos e inteligíveis à sociedade.

Para Sapir, bem como para inúmeros sociolingüístas, a língua serve como um “mapa” da realidade social, já que fatores sócio-culturais se refletem claramente no falar de uma dada sociedade. O universo lexical de uma língua, ou seja, as unidades lexicais por meio das quais se comunicam os membros de uma determinada comunidade, é extremamente importante, uma vez que representa um autêntico patrimônio sociocultural da sociedade em questão. Esse universo lexical é um sistema aberto que se modifica e se expande continuamente, criando e adotando novos vocábulos através de vários processos, dos quais a neologia por empréstimo, que é o objeto de estudo desse artigo.

É sabido e consabido que um importante aspecto para o fortalecimento lingüístico de uma comunidade é a capacidade que uma determinada língua tem para gerar novas expressões e vocábulos em resposta às demandas do meio. Esse é um dos maiores problemas que a língua árabe ainda enfrenta, ou seja, a adaptação do vernáculo aos conceitos técnicos e científicos provenientes, primordialmente, das línguas ocidentais. Esse, contudo, não é um fenômeno recente. Historicamente, a rica língua árabe extrapolou seu limitado espaço geográfico quando deixou de ser a língua de beduínos restrita à Península Arábica para tornar-se o veículo de comunicação da religião, cultura (ciência e conhecimento) e administração dos povos conquistados. O advento do Islamismo no século VII DC, seguido pela conquista territorial que foi em seu enalço nos séculos subseqüentes, instaurou a hegemonia árabe em grande parte do mundo conhecido. Versteegh (1997) afirma que durante esse período, os falares regionais foram suprimidos ou, na melhor das hipóteses, marginalizados. Algumas dessas línguas continuaram a existir apenas como a língua litúrgica do culto cristão (como é o caso do copta), mas desapareceram como língua nativa, tamanha foi a influência da língua árabe. Esta justaposição de



línguas, de um lado o árabe e do outro as línguas vernaculares, produziu o ‘enriquecimento’ do patrimônio lexical do árabe, principalmente, nesse primeiro momento, através de empréstimos lingüísticos (“taārib”).

A temática “empréstimos lingüísticos” é um assunto polêmico em árabe. Na epígrafe desse artigo transcreveu-se a famosa citação de Hitti, na qual é mencionada a extrema importância que os árabes atribuem à sua língua. Nydell (2002), corrobora a postulação de Hitti ao declarar que “enquanto a maioria dos ocidentais sente afeto por suas línguas maternas, o orgulho e amor que os árabes sentem pelo árabe é muito mais intenso. A língua árabe é o maior tesouro cultural deles.” (p. 115)

É razoável dizer que, pelo menos historicamente, a maioria dos árabes crê que sua língua seja superior a todas as outras. Eles apontam vários fatores como provas contundentes em defesa dessa crença, o mais importante deles sendo a revelação do Alcorão, vindo diretamente de Deus, e expresso em língua árabe². Também se valem do fato da língua árabe ser muito complexa gramaticalmente, o que é tido por muitos como uma importante indicação de sua superioridade. Um terceiro argumento usado pelos árabes que aponta a superioridade de sua língua é a riqueza (os inúmeros sinônimos para alguns conceitos: leão, tâmara, etc.) e a extensão de seu universo vocabular. E, finalmente, a estrutura lingüística é salientada, especialmente as características morfológicas da língua que permitem a fácil cunhagem de novos vocábulos, o que, teoricamente, diminui a quantidade de empréstimos lingüísticos de outros idiomas.³ Nydell

² Para os muçulmanos em geral, a única fonte para o Alcorão é o protótipo “tábua custodiada”, da qual o Alcorão terrestre é uma cópia fiel. Esse arquétipo está guardado nos céus (Alcorão 85:22), e foi enviado à terra através da revelação do anjo Gabriel a Mohammad (Maomé). “Conseqüentemente, muçulmanos em geral e árabes em particular, tem considerado o árabe como uma linguagem concedida por Deus, inigualável em beleza e majestade, e a mais eloquente de todas as linguagens para expressar pensamentos e emoções. Tais crenças predominaram até os dias atuais, particularmente no mundo árabe onde os pietistas e os nacionalistas consideram o árabe o esteio da fé, [e] a coluna do nacionalismo [...]” (CHEJNE, 1969, p. 06)

³ Uma das peculiaridades da língua árabe é a maneira pela qual os vocábulos são formados. Trata-se do sistema de derivação. Embora, na língua árabe, nem todas as palavras possam ser atribuídas a uma raiz verbal, a maioria de seus lexemas deriva-se de um verbo simples. Essa combinação de grafemas traz em seu bojo uma noção específica. Assim, a composição /k-s-r/ representa a idéia de “quebrar”, enquanto que /d-r-s/ exprime o conceito de “estudar”, e /q-w-l/ o de “falar”, e assim por diante. Prefixos, sufixos e mudanças internas (tanto em acréscimos como em supressões) inseridos à essa raiz dão origem a novos termos relacionados a idéia principal. Esse processo é conhecido em árabe como /içtiqāq/, ou seja, derivação morfológica (EL-KHAFIFI, 1985; ARYAN, 2001; TARAZI, 2005), que é o método mais produtivo utilizado para a formação de neologismos em árabe. Toda raiz árabe tem em seu âmago o



(2002, p. 115) atesta que os árabes crêem que os “empréstimos de outras línguas é menos freqüente em árabe do que em muitas outras línguas”.

Se essas alegações podem ser comprovadas empiricamente é um assunto que foge ao escopo desse artigo. Historicamente, entretanto, a prática sugere uma teoria diferente. Chejne (1969) confirma esse parecer quando declara que “no processo de seu desenvolvimento, a língua árabe tornou-se devedora a inúmeras línguas – antiga, medieval, e moderna – das quais ela tomou emprestado uma enorme quantidade de vocabulário”.

Embora o processo neológico por empréstimo, “taāriḅ”, tenha sido usado em toda a história da língua árabe, lançou-se especialmente mão desse processo quando os árabes se depararam com o vácuo terminológico lingüístico em três momentos históricos específicos: 1. No período das *grandes traduções*, quando os árabes, na qualidade de herdeiros e detentores da civilização greco-romana, verteram as obras clássicas do saber grego para a língua árabe; 2. Durante a *Renascença Árabe* do século XIX; 3. A “recente” invasão tecnológica do mundo ocidental que desencadeou a formação de neologismos de maneira descontrolada, e a conseqüente formação das Academias de Língua nas diferentes nações árabes para regular a inserção de novos vocábulos ao léxico.

Este artigo explorará como, historicamente, o “taāriḅ” foi usado na expansão do universo lexical árabe, mesmo a contragosto de muitos especialistas. Conquanto esse processo não tenha sido recomendado pelos antigos filólogos e gramáticos e nem, recentemente, pelas academias de letras, os empréstimos lingüísticos fizeram e fazem parte integrante da formação da língua árabe e têm contribuído grandemente para o seu enriquecimento lexical através dos séculos.

ESTEIO TEÓRICO

A convenção de adotar termos estrangeiros para expressar conceitos novos é comum no domínio terminológico em todas as línguas, e uma das razões para isso é o fato de que esses vocábulos alóctones não têm a “bagagem” que outras unidades lexicais nativas poderiam apresentar. Em árabe, como mencionado anteriormente, a denominação para a idéia de

mesmo potencial para derivação e geração de novos vocábulos. Dessa maneira poder-se-ia dizer que a capacidade para expansão de vocabulário é virtualmente ilimitada.



empréstimo é /taārib/ - ou literalmente, “arabização”. Esse termo tem duas acepções diferentes no domínio lingüístico: (a) tradução de termos de uma língua estrangeira para o árabe e (b) empréstimo de um termo estrangeiro que, quando possível, é adaptado às convenções fonológicas e morfológicas da convenção árabe (EL-KHAFIFI, 1985; WEHR, 1979). Esse artigo tem como eixo norteador a segunda acepção do termo, visto que, via de regra, um termo sofre mudanças fonológicas e morfológicas durante o processo de integração a fim de se adaptar aos padrões da língua receptora.

O empréstimo lingüístico é um tópico extremamente antigo e abrangente, mas somente no século XX é que ele começou a ser pesquisado com maior rigor científico, impulsionado com a publicação da obra de Louis Deroy, “*L’Emprut Linguistique*”.

O termo empréstimo lingüístico pode ser definido como um vocábulo (ou outro traço lingüístico qualquer) advindo de uma língua estrangeira, ou, no interior de uma mesma língua, como originário de outro universo lingüístico. Esse fenômeno, tão velho quanto a própria linguagem é, segundo Crystal (2004), um traço comum na história das línguas. De Pinto (2006) advoga que a aceitação total desses empréstimos pelos falantes nativos, bem como sua longevidade em uma dada língua, são muito incertas. Muitas vezes eles deixam de existir, sendo substituídos por soluções vernaculares correlatas ou, outras vezes, são totalmente incorporados no universo lexical que as acolheu.

O termo “empréstimo” é uma metáfora e não deve ser entendido literalmente, tendo sido julgado impróprio por vários autores, já que o termo subentende a devolução do mesmo à fonte original, o que não acontece. Ademais, o empréstimo sofre mudanças de natureza fonético-fonológicas no processo de transferência, algo que não aconteceria com um objeto emprestado, que se mantém tal qual é. Matthews (1979, p. 47) ilustra bem esse conceito quando descreveu:

Quando se pede algo emprestado, existe um entendimento tácito que o mesmo será devolvido. Entretanto, quem é que já pensou em devolver uma palavra aos franceses ou aos italianos ou a quem quer que seja, de quem nós a furtamos? Primeiramente porque nós não os privamos do uso da mesma e, em segundo lugar, eles podem não quererem-na de volta depois que tivermos terminado de usá-la, afinal, nós temos a tendência de tratar nossos empréstimos com uma certa brutalidade.



Vários termos substitutos foram sugeridos, entre eles *mots voyageurs* “palavras viajantes” de Calvet (1987) mas, a influência dos lingüistas Sapir e Bloomfield que assim denominavam o fenômeno, acabou por consagrar o uso do termo *empréstimo* na comunidade acadêmica. (CARVALHO, 1989).

Entre as várias definições existentes para o fenômeno, privilegiou-se a de Gumperz, citado por De Pinto (2006, p. 21) em sua dissertação, visto ser esta uma definição abrangente e que segue a reflexão deste artigo:

O empréstimo lingüístico pode ser definido como a introdução de palavras isoladas ou frases curtas, fixas ou idiomáticas de uma variedade, ou seja, língua, a uma outra. Os itens em questão são incorporados no sistema gramatical da língua emprestadora. Eles são tratados como parte do léxico, adotam as características morfológicas e entram nas estruturas sintáticas [da língua 2].

Muitos lingüistas compartilham a opinião de que, como o total isolamento de uma nação lingüística é muito improvável, pode-se chegar à conclusão que nenhuma língua está livre de empréstimos, já que o contato entre povos, inevitavelmente, conduz a empréstimos. Crystal (2004, p. 42), corrobora essa opinião quando declara: “Nenhuma língua existe em isolamento. Todas as línguas em contato influenciam umas as outras”.

Com relação à terminologia como parte das ciências da linguagem, pode ser dito que ela é uma disciplina lingüística de origem recente que procura estabelecer o arcabouço teórico para a cunhagem de novos termos científicos e tecnológicos. Pode-se afirmar que sua tarefa básica é a de codificar um fato ou conceito, ou seja, a terminologia volta-se para a normatização dos termos de especialidades, a fim de assegurar a univocidade da comunicação profissional. Barbosa (1990), afirma ser esta um conjunto de termos técnicos que constitui o vocabulário de uma área de conhecimento. “Qualquer disciplina e, com maior razão, qualquer ciência tem a necessidade de um conjunto de termos rigorosamente definidos, pelos quais designa noções que lhes são úteis: esse conjunto de termos constitui, pois, a sua terminologia.” (p. 155).

Andrade (2001, p. 192), citando Cabré (1993, p. 52), define terminologia de uma maneira muito sucinta:

A terminologia é, antes de tudo, um estudo do conceito e dos sistemas conceptuais que descrevem a cada matéria especializada; o trabalho



terminológico consiste em representar esse campo conceptual, e estabelecer as denominações precisas que garantirão uma comunicação profissional rigorosa.

Em seguida, na mesma obra, Andrade (2001) passa a contrastar a diferença entre lexicografia e terminologia, afirmando que a terminologia arrola uma lista de **conceitos** e busca a designação para cada um deles na *língua de especialidade*; enquanto que a lexicografia parte das palavras na *língua comum/geral* – que constitui o inventário de uma obra lexicográfica – “e passa a descrevê-las semanticamente, por meio das definições” (p. 192), esse é o processo semasiológico, partindo da forma para o conteúdo.

Essa é a representação básica da terminologia: o conceito deve levar a uma denominação /designação. Esse foi o trajeto percorrido por muitos eruditos, notadamente pelos gramáticos, filólogos e filósofos árabes e, recentemente, pelas diferentes academias de língua árabe. Diante da inexistência de termos em suas línguas que expressassem os fenômenos e noções novas, viram-se levados a: (a) transliterarem palavras; (b) adotarem palavras estrangeiras, e (c) dedicarem palavras do dia-a-dia para transmitirem os conceitos técnicos estrangeiros. (Kennedy-Day, 2003).

A LÍNGUA ÁRABE E OS EMPRÉSTIMOS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A língua árabe é um membro do subgrupo “semítico” do tronco afro-asiático de línguas, juntamente com o hebraico e o aramaico entre outras. As línguas semíticas se enraizaram e floresceram no Mediterrâneo, especialmente nas regiões que circundavam os rios Tigre e Eufrates e na área costeira do Levante. O ancestral comum de todo o desdobramento lingüístico semítico é chamado pelos especialistas de “Proto-semítico”, e tem sido bastante estudado, embora não se saiba com exatidão sua localização geográfica, ainda que alguns estudiosos acreditem que esta foi originária da África Oriental, provavelmente na área que hoje corresponde à Somália e Etiópia.

As evidências apontam que a ascensão da língua árabe ao nível de língua mundial está intrinsecamente ligada à ascensão do Islamismo a uma das grandes religiões mundiais. Antes do advento do Islã, a língua árabe era uma língua usado por somente algumas tribos nômades na Península Arábica, foi o aparecimento do Islamismo e sua rápida propagação nas décadas subseqüentes, que mudou o destino da língua árabe. Em um pouco mais de um século, sob o governo dos primeiros califas (632 – 661 DC) e da Dinastia Omíada (661 – 750 DC), o império árabe-islâmico testemunhou uma expansão externa sem precedentes. Entretanto, foi na Dinastia



Abássida (750 – 1258 DC), que Império Islâmico alcançou seu apogeu científico e cultural. Al-Ma'mūn(813-833), em particular, contribuiu de maneira sui generis para que as ciências se desabrochassem em solo árabe. Attie Filho (2002, pp. 119, 120) testifica que “o próprio califa interessou-se pelas obras gregas que eram traduzidas por cristãos e judeus para a língua árabe, e incentivou esse movimento”. Sob seu patrocínio foi fundado o *Bayt al-Hikma* (A Casa da Sabedoria) em 830, cuja a principal tarefa era abrigar e traduzir obras científicas e filosóficas.

Gutas (1998) atesta que o movimento de tradução que ocorreu entre meados do século VIII e fim do século X, testemunhou a versão de quase todo o corpo literário grego para a língua árabe: de alquimia e ciências ocultas à astrologia, passando pela aritmética, astronomia, geometria e música, sem deixar de lado toda a extensa filosofia aristotélica, incluindo a ética, física, lógica e metafísica entre outros. O impacto dessas traduções foi tão grande que é quase impossível pensar no estudo dos escritos gregos antigos sem levar em conta a influência do árabe.

Nessas traduções são observados muitos empréstimos lingüísticos. Considere-se a língua da filosofia por exemplo. Al-Kindī, o primeiro filósofo árabe, enfrentou muitos problemas no que diz respeito à expressão em língua vernacular da terminologia técnica apropriada das noções já consagradas em grego e siríaco. Em seu trabalho terminográfico, *Epístola de Al-Kindī sobre a definição das coisas e suas descrições*, ele arrola noventa e seis verbetes usados no domínio da filosofia, cunhando diversos neologismos, e dando a eles definições em árabe. Entre os diferentes neologismos, note-se o exemplo de “*hayūlā*”, transliterada do termo grego “*hylē*” (ὕλη) e apropriada em árabe com o mesmo sentido original, ou seja, o conceito de *matéria*. Como um empréstimo grego, o vocábulo, usado no sentido filosófico, tornou-se um termo não específico, não trazendo à mente nenhum tipo peculiar de material.

A inserção de vocábulos estrangeiros, muitas vezes sem muito escrutínio, ameaçou a estrutura da língua árabe, e requereu uma inadiável sistematização lingüística (ESPOSITO, 1999; VERSTEEGH, 1997). Foi durante esse período que surgiram as primeiras escolas de filologia do mundo árabe, onde seus gramáticos analisaram a língua e fixaram a gramática tendo por base o texto do Alcorão, as poesias da era pré-islâmica, e o falar beduíno (HOLES, 2004). Essa materialização da gramática árabe em um registro escrito, forneceu um paradigma inalterável para os futuros filólogos, gramáticos, e lingüistas. Porém, a despeito dessa precaução, muitos termos



adentraram o léxico que ainda causam repulsa aos filólogos conservadores modernos, que crêem que a língua árabe tem em sua estrutura a habilidade de gerar os termos científicos necessários sem recorrer a empréstimos de línguas estrangeiras. El-Khafai (1985) ilustra esse tipo de atitude com o exemplo de Ahmad Al-Iskandari (eminente erudito, graduado da Universidade de Al-Azhar e um dos membros fundadores da Academia do Cairo):

Ele [Al-Iskandari] atribui a adoção de muitas palavras estrangeiras às traduções feitas durante os tempos medievais, especialmente durante o tempo do Califa Al-Ma'mun por pessoas as quais ele acusa de serem 'estrangeiros arabizados', e preguiçosos, cujo árabe era imperfeito; se eles soubessem o árabe, alega ele, eles teriam encontrado uma autêntica forma árabe para cada palavra que eles traduziram, em vez de simplesmente adotarem a palavra estrangeira e arabizá-la. (p. 162).

Embora a introdução de empréstimos lingüísticos ao vernáculo tenha sido copiosa durante a fase das grandes traduções, ela certamente não se limitou a esse período. O mesmo fato ocorreu durante o contato com o mundo ocidental no século XVIII e a subsequente *Renascença Árabe*.

Depois da queda de Constantinopla (1453) os turcos, que gradualmente haviam conquistado as províncias islâmicas da Ásia Central, Oriente Médio e Egito, fundaram o império Otomano, e se tornaram o maior poder político na região. A língua árabe continuou como a língua litúrgica desses povos, e em vários lugares, a língua de comunicação diária, mas seu status como linguagem da política e administração foi transferida para o turco. Essa situação continuou até a *Renascença* quando os árabes ganharam sua independência política e restabeleceram o árabe como a língua nacional de seus novos países.

De acordo com El-Khafai (1985) e Sawaie (2000) um dos fatores que instigou a *Renascença* foi a expedição liderada por Napoleão em 1798 que, embora de curta duração, introduziu o mundo árabe à imprensa e assim, pela primeira vez, o conhecimento nos diversos domínios da ciência passou a estar disponível ao cidadão comum. Como resultado desse contato com o Ocidente, e o posterior contato com as potências européias através da colonização, o mundo árabe abriu-se para um "diálogo" com o Ocidente.

Especialmente durante o reinado de Muhammad Ali (1805-1848), vários estudiosos e eruditos árabes foram enviados à Europa a fim de estudarem as novas idéias e pensamentos



originados pelo Iluminismo. A experiência provou ser positiva para ambas as partes, contudo, ao retornarem, os árabes perceberam que o verdadeiro obstáculo para a disseminação das novas idéias era a inadequabilidade da terminologia científica árabe. A princípio o dilema estava centrado apenas na representação dos termos que designassem as instituições francesas, assim o “théâtre” tornou-se o /tiyātru/, “spectacle” /sbaktākil/, “opéra” /ubirā/, o “journal” /jurnāl/, e “la politique” /al-būlitīqā). Mas logo, eles tiveram que tratar com o restante das idéias de uma Europa modernizada:

Os desafios culturais, políticos, militares e tecnológicos que resultaram do contato europeu com o Oriente Médio, e as mudanças institucionais que as acompanharam, mostraram ser um ponto crucial no desenvolvimento da língua árabe, particularmente seu léxico. (SAWAIE, 2000, p. 395).

Muitos eruditos desempenharam importantes papéis nessa reforma lingüística, entre os mais famosos está Rifāāh Rāfiī al-Tahtāwī (1801-1873), que contribuiu para o desenvolvimento da língua árabe através de suas inúmeras traduções de obras estrangeiras, e da compilação de muitos dicionários, glossários e obras de cunho terminográfico, em especial o glossário /luḡhat al-jarā'id/, “A linguagem da imprensa”. Tais obras procuram responder as necessidades terminológicas da sociedade árabe e, como visto nos exemplos acima citados, os empréstimos lingüísticos desempenharam um papel muito importante.

Durante esse período, a preocupação com uma terminologia normativa levou ao surgimento dos primeiros precursores das Academias Lingüísticas, mas estas, ainda em fase embrionária, desapareceram. Foi somente o começo do século XX que viu o estabelecimento das cinco academias de língua árabe existentes hoje.

A fundação das Academias Árabes (a partir de 1919) foi um passo concreto em direção a normatização da terminologia em nível trans-nacional. As nações árabes, agora divididas em estados politicamente independentes, preocuparam-se com a modernização de suas sociedades em vários aspectos, incluindo o lingüístico. Assim, eles criaram instituições científicas oficiais capazes de ajudar no processo de modernização, particularmente no âmbito do grande vácuo terminológico existente na língua árabe para exprimir as idéias ocidentais. O principal propósito dessas academias seria a “adaptação da língua às necessidades dos tempos modernos a fim de que ela possa funcionar com êxito” (EL-KHAFIFI, 1985, pp. 35,36).



A primeira academia a ser estabelecida foi a de Damasco (1919), seguida pela do Cairo (1932), a de Bagdá (1947) e a de Amman (1976). Em 1967 foi fundada em Rabat uma repartição internacional, o Departamento de Coordenação Permanente. Esse último, afiliada à Liga Árabe, se difere das academias árabes por se preocupar com exclusividade à eliminação da multiplicidade de formas e promover a standardização do árabe moderno, uma iniciativa muito apropriada, pois a pluralidade terminológica é um dos grandes problemas enfrentados na terminografia árabe moderna. Al-Qurashi (1982, p. 235), em sua tese de doutoramento, atesta que “essa pluralidade terminológica naturalmente cria confusão, porque foi-se o tempo no qual a profusão de sinônimos era um sinal de riqueza lingüística e refletia uma inerente qualidade da língua em questão.” Entretanto, a padronização terminológica no mundo árabe é uma tarefa hercúlea, visto ser a língua compartilhada por vinte e duas nações autóctones com diferentes heranças lingüísticas devido ao período de colonização. O legado da colonização ainda se manifesta na interface do árabe utilizado.

De acordo com El-Mouloudi (1986) todas as academias têm seguido os métodos tradicionais de inserção à língua que foram sancionados pelos lingüistas e gramáticos do passado. Ele censura essa abordagem e culpa a academia pela demora na apresentação de nova terminologia: “um princípio predominante que tem guiado [a academia] e ao mesmo tempo diminuído a produtividade lexical, tem sido o apoio quase que total nos antigos métodos de nomeação para idéias e conceitos” (p. 98). De acordo com ele, essa insistência em seguir os métodos tradicionais de cunhagem é problemática porque muitos dos termos da moderna linguagem científica (muitas vezes derivadas de línguas indo-européias) foram, originalmente, aglutinados com prefixos e sufixos (gregos e latinos), e o árabe não tem, em sua estrutura, equivalentes para tais conceitos. Da mesma forma, o uso de composição sintagmática que é comum na formação de conceitos científicos, não é muito freqüente em árabe.

Entretanto, o árabe moderno, de certa forma, tem seguido de perto as recomendações que as academias espalhadas pelas diversas nações árabes têm sancionado. Atualmente somente se recorre a empréstimos lingüísticos quando todas as outras tentativas de produzir uma forma genuinamente nativa falharam e, somente nesse caso os empréstimos são feitos, mas de uma maneira que se harmonize com o sistema inerente da linguagem, a fim de que sua conspicuidade seja a menor possível (EL-KHAFIFI, 1985).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos árabes reputam sua língua como a mitológica cornucópia que Zeus oferecera a Amalteia, a cabra que lhe havia amamentado quando criança. O mito diz que Zeus quebrou, enquanto brincavam juntos, o chifre da cabra. Com remorso, Zeus devolveu o chifre com poderes supernaturais, de maneira que este estaria sempre transbordante das frutas que a cabra desejasse. A língua árabe, muitas vezes, tem sido vista com a mesma capacidade de “jorrar” os vocábulos de acordo com a necessidade da situação.

Espera-se que esse artigo tenha mostrado o reverso dessa concepção tão difundida entre os árabes. Em realidade, o acervo do léxico árabe tem-se enriquecido, através dos séculos, por meio de dois procedimentos: processos vernáculos (derivação morfológica, ampliação semântica, e composição lexical) e empréstimos de outros universos lingüísticos. Os empréstimos (do grego, persa e síriaco em um primeiro momento e, ultimamente, das línguas da tecnologia moderna, como o inglês e francês entre outras) foram, assim, desenvolvendo o universo lexical árabe.

Muitas palavras estrangeiras passaram a fazer parte do léxico árabe não somente durante o período das grandes traduções, mas também depois disso, durante a Renascença Árabe, e em nossos dias, por meio do contato dos árabes com as ciências e as modernas tecnologias, que tem ocasionado a inserção de diversos termos ao banco de palavras da língua. Os árabes, como todos os povos da terra, quando confrontados com o surgimento de novas idéias, tiveram que adaptar sua língua para responder ao novo conhecimento. A língua ajustou-se às mudanças usando os recursos disponíveis em sua própria natureza incluindo a arabização (transliteração) de conceitos, ou seja, o /taārib/ que fez a língua árabe mais apropriada para a discussão das ciências até então inexistentes entre eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-QURASHI, Kh. **The feasibility of the Arabic language as a medium of instruction in sciences**. Bloomington, IN., 1982. 453 p. Tese de doutoramento (Linguística) – Graduate School, Indiana University.



ANDRADE, M. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P. & ISQUIERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2ª ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS.

ARYAN, R. **Arabic roots**. Dominguez Hills, CA. 2001. 35 p. Dissertação (Teaching English as a Second Language) – California State University Dominguez Hills.

ATTIE FILHO, M. **Falsafa – a filosofia entre os árabes**. São Paulo: Editora Palas Athena. 2002.

BARBOSA, M. A. **Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: Identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação**. Anais do II Simpósio latino-americano de terminologia. Brasília. 1990.

CABRÉ, M. T. **La terminología: Teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Antártica / Empuréis. 1993.

CALVET, L. **La guerre des langues et les politiques linguistiques**. Paris : Payot, 1987.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Ática, 1989.

CHEJNE, A. **The Arabic Language**. Minnesota: University of Minnesota Press. 1969.

CRYSTAL, D. **The stories of English**. New York: Overlook. 2004.

DE PINTO, M. **Arabismos no turco moderno padrão: Entre o empréstimo e o purismo linguístico**. São Paulo, 2006. 155 p. Dissertação (Letras Orientais - Árabe) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

EL-KHAFIFI, H. M. **The role of the Cairo academy in coining Arabic scientific terminology: an historical and linguistic evaluation**. Utah, 1985. 215 p. Tese de doutoramento (Middle East Studies) – University of Utah Graduate School.



EL-MOULOUDI, A. **Arabic language planning: The case of lexical modernization.** Washington, D.C., 1986. 321 p. Tese de doutoramento (Linguística) – Graduate School, Georgetown University.

ESPOSITO, J. **The Oxford history of Islam.** New York: Oxford University Press. 1999.

GUTAS, D. **Greek thought, Arabic culture: The Graeco-Arabic translation movement in Bagdad and early 'Abbasid society.** London: Routledge. 1998.

HOLE, C. **Modern Arabic: Structures, functions, and varieties.** Washington/DC: Georgetown University Press. 2004.

KENNEDY-DAY, K. **Books of definition in Islamic philosophy: The limits of words.** London: Routledge. 2003.

MATTHEWS, C. M. **Words.** London: Lutterworth Press. 1979.

NYDELL, M. **Understanding Arabs: A guide for Westerners.** Boston: Intercultural Press. 2002.

SAPIR, E. **Linguística como ciência: ensaios.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica. 1961.

SAWAIE, M. Rifā'ah Rāfi' al-Tahtāwī and his contribution to the lexical development of modern literary Arabic. In **International Journal of Middle East Studies**, Vol. 32, No. 3 (Aug., 2000), pp. 395-410. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TARAZĪ, F. **Al-ichtiqāq.** Beirut: Librairie du Liban Publishers. 2005.

VERSTEEGH, K. **Landmarks in linguistic thought III: The arabic linguistic tradition.** London: Routledge. 1997.

WEHR, H. **Dictionary of Modern Written Arabic.** Ithaca, NY: Spoken Language Services. 1979.

◌APENDICE 1 - SISTEMA DE TRANSLITERAÇÃO ADOTADO NESSE ARTIGO:



Grafema Árabe	Correspondente na transliteração	Guia de equivalência fonética no português do Brasil
ا	ā	“a” longo (ah)
ب	b	“b” como em bota
ت	t	“t” como em tapete
ث	<u>th</u>	“th” como no inglês “thin”
ج	j	“j” como em jogo
ح	<u>h</u>	“h” do inglês sem aspiração
خ	<u>kh</u>	“rr” como em carro no dialeto carioca
د	d	“d” como em delta
ذ	<u>dh</u>	“th” como no inglês “this”
ر	r	“r” como em careta
ز	z	“z” como em zabumba
س	s	“s” como em sapo
ش	<u>ch</u>	“ch” como em chave
ص	<u>s</u>	som similar ao “s” em sapo, porém enfático
ض	<u>d</u>	som de “d” em delta, porém enfático
ط	<u>t</u>	som de “t” em tapete, porém enfático
ظ	<u>z</u>	som similar ao “z” em zero, porém enfático
ع	ä, i, ü	som gutural sem equivalência em português
غ	<u>gh</u>	“r” como no francês parisiense “rat”
ف	f	“f” como em faca
ق	q	semelhante ao “k” porém mais gutural
ك	k	“c” como em copo
ل	l	“l” como em laranja
م	m	“m” como em marca
ن	n	“n” como em navio
ه	h	“h” como no inglês “hospital”
و	w / ū	“u” longo (uh)
ي	y / ī	“i” longo (ih)



ε	'	parada glotal
---	---	---------------